



Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Economia,  
Inovação e Obras Públicas  
Deputado Hélder Amaral

Assunto – Situação da CP

Enquanto o Governo vai anunciando periodicamente **desde Fevereiro de 2016**, o investimento de **milhares de milhões de euros na ferrovia**, e se vangloria mesmo do ineditismo em Portugal dessa futura construção de vários quilómetros de ferrovia nova em Portugal, esperando com isso merecer a simpatia dos portugueses, a verdade nua e crua é contudo difundida quase diariamente através da imprensa.

Revela a insuspeita UTAO que em 2018, no final do primeiro semestre a CP tinha utilizado apenas cerca de 10% da verba disponível para investimento e que já em 2017 tinha aplicado apenas 27% da verba que lhe estava atribuída.

Em julho último, a imprensa diária caracterizava a situação referindo que a **«CP está a ficar sem comboios e à beira do colapso»** e que **“a frota está envelhecida, os comboios avariados e oficinas sem pessoal”**, e que **“o concurso para material circulante ainda nem tem caderno de encargos e a empresa está a ficar sem comboios”**. Ainda a imprensa portuguesa citando o Relatório e Contas da CP em 2017 informava que **“dos 795 veículos da frota da empresa apenas 374 estão a prestar serviço regular”**!

O facto é tanto ou mais grave porquanto o fornecimento de comboios demorará - segundo uns entre 3 a 3,5 anos, e, segundo outros, 5 anos depois de feito o concurso.

Perante o actual quadro caótico de atrasos, interrupções, cancelamentos e todos os demais constrangimentos que têm vindo a ser diariamente divulgados e ainda ao elevado número de incidentes que se vêm verificando na operação da CP, cabe aos

reguladores, enquanto entidades independentes, pronunciar-se entre outros aspectos sobre a situação:

- em concreto a AMT-Autoridade da Mobilidade e dos Transportes no âmbito das suas funções de regulação, de promoção e defesa da concorrência, avaliar se estão a ser cumpridas as obrigações de serviço público e se estão a ser respeitados os direitos dos passageiros;

- em concreto o IMT- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, no âmbito das suas funções de 'autoridade nacional de segurança ferroviária' e ainda da sua competência atribuída de apoiar o Governo na implementação e avaliação de políticas para os setores da mobilidade e dos transportes terrestres, bem como de assessorar o Governo no exercício dos seus poderes de concedente de serviços de transporte público, nomeadamente acompanhando os contratos de fornecimento de serviço público nessa matéria, incluindo contratos de concessão e contratos de prestação de serviços.

Assim, no sentido de melhor esclarecer e avaliar os factos que parecem apontar para a falência operacional da CP, os deputados do Grupo Parlamentar do PSD agradecem as diligências necessárias para ouvir nesta Comissão, os presidentes das entidades reguladoras, o Presidente da AMT- Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e o Presidente do IMT-Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

Lisboa, 27 de Agosto de 2018.

Os Deputados,